

COMISSÃO DE TRABALHO

PROJETO DE LEI Nº 766, DE 2015

Apensados: PL nº 1.854/2019 e PL nº 674/2025

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Corretor de Veículos Automotores.

Autor: Deputado DAGOBERTO

Relator: Deputado PAULINHO DA FORÇA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 766/2015, de autoria do Deputado Dagoberto, dispõe sobre a regulamentação da profissão de Corretor de Veículos Automotores.

O projeto estabelece que o exercício da referida profissão será privativo dos portadores de diploma de conclusão de curso de Técnico de Veículos automotores e dependerá de registro no Conselho Regional. Elenca documentos que devem ser apresentados para o registro, inclusive comprovante de residência na localidade há, no mínimo, um ano e certidão criminal fornecida por autoridades policiais.

Descreve as atribuições do profissional em referência e dispõe que a fiscalização do exercício da profissão será feita pelos Conselhos Federal e Regionais de Corretores de Veículos Automotores, sendo que a lei entrará em vigor após a criação de tais Conselhos.

Foram apensados ao projeto original:

- PL nº 1.854/2019, de autoria do Sr. Vinicius Farah, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Vendedor de Veículos Automotores, e a criação do Conselhos Federal e dos Conselhos



regionais dos Vendedores de Veículos Automotores e dá outras providências.

- PL nº 674/2025, de autoria do Sr. Alberto Fraga, que regulamenta as atividades profissionais de “car hunter” no território nacional, estabelecendo diretrizes para sua atuação e garantindo a transparência e a proteção dos consumidores, e dá outras providências.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.

O projeto foi distribuído às Comissões de Trabalho; Finanças e Tributação (mérito e art. 54 RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

Na Comissão de Trabalho, em 07/11/2017, foi apresentado o parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação, porém não apreciado.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Preliminarmente destacamos que compete a esta Comissão de Trabalho opinar sobre proposições pertinentes à regulamentação do exercício das profissões, nos termos art. 32, inciso XVIII, “m”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Quanto ao mérito, consideramos serem meritórios e oportunos os projetos ora examinados. O setor automotivo brasileiro movimenta anualmente bilhões de reais e emprega milhares de trabalhadores. A venda de veículos automotores é atividade que exige conhecimentos específicos, pois envolve produtos de alto valor e complexidade tecnológica. Por seu turno, o



consumidor tem direito a ser atendido por profissionais qualificados que possam orientá-lo adequadamente na aquisição de veículos.

Atualmente, a ausência de regulamentação específica da profissão permite que pessoas sem a devida qualificação atuem na área, o que pode resultar em prejuízos aos consumidores e ao próprio mercado. Nesse sentido, a regulamentação proposta estabelece requisitos mínimos para o exercício da profissão.

Entretanto, é necessário fazer alguns ajustes na proposição na forma do Substitutivo em anexo. Isso porque, nos termos do art. 61, § 1º, II, “e”, da Constituição Federal, é privativa da Presidência da República a iniciativa de lei que crie ou autorize a criação de conselhos de fiscalização profissional. Desse modo, foram retiradas do Substitutivo dispositivos normativos referentes a atribuições, organização, composição e funcionamento de órgãos de fiscalização profissional, por apresentarem vício de inconstitucionalidade formal, quanto à iniciativa.

Desse modo, consideramos meritório o projeto sob exame, tendo em vista que a regulamentação proposta beneficiará tanto os profissionais da área, que terão suas atividades reconhecidas e valorizadas, quanto os consumidores, que receberão atendimento mais qualificado. Contribuirá também para o desenvolvimento do setor automotivo nacional, promovendo maior profissionalismo e competitividade.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 766/2015, e de seus apensos, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado PAULINHO DA FORÇA
Relator

2025-11840



COMISSÃO DE TRABALHO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 766, DE 2015

Regulamenta o exercício da profissão de vendedor de veículos automotores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de vendedor de veículos automotores.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – vendedor de veículos automotores: o profissional que atua na comercialização de veículos automotores novos ou usados; e,

II – veículo automotor: automóvel, caminhão, motocicleta e similares.

Art. 3º O exercício da profissão de vendedor de veículos automotores é livre em todo o território nacional, observadas as disposições desta Lei.

Art. 4º Para exercer a profissão, o vendedor de veículos automotores deve:

I – ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

II – possuir ensino médio completo;

III – ter Carteira Nacional de Habilitação; e,

IV – ter Certidão Negativa de Antecedentes Criminais.

Art. 5º São atividades do vendedor de veículos automotores:

I – orientar clientes na compra e venda de veículos automotores;

II – prestar informações técnicas sobre veículos;



III – esclarecer sobre documentação e prazos; e,

IV – informar sobre produtos e serviços das empresas.

§ 1º A publicidade realizada pelos profissionais de que trata esta lei deve ser clara, verdadeira e não induzir o consumidor a erro, especialmente em relação aos preços e às condições oferecidas.

§ 2º Os vendedores de veículos automotores deverão resguardar os dados e informações pessoais coletados dos compradores, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 6º O vendedor de veículos automotores pode atuar:

I – como profissional autônomo ou empregado;

II – em concessionárias e lojas de veículos; e,

III – em empresas do setor automotivo em geral.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado PAULINHO DA FORÇA
Relator

2025-11840

